

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UM MUNICÍPIO PARAENSE

Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa (UFSCar)¹

Carla Ariela Rios Vilaronga (IFSP)²

Agência financiadora: CNPq

Eixo Temático 1: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade Social

RESUMO

Para que seja garantido além do acesso, como também a participação e aprendizado dos estudantes Público-alvo da Educação Especial (PAEE) em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, de forma efetiva, desde a Educação Infantil e materializando-se ao longo de todo o processo educacional, se faz necessária a oferta de serviços e a realização de ações específicas para subsidiar as necessidades desse público na sala de aula comum dentro das escolas regulares de ensino. Diante do exposto, a presente pesquisa, tem como objetivo geral, descrever as ações realizadas pela secretaria de educação de um município paraense para o PAEE na educação infantil e com os objetivos específicos, buscou-se: a) identificar quais são os profissionais que fazem parte da rede de atuação na educação infantil com os estudantes PAEE; b) analisar as políticas municipais que subsidiam as ações ofertadas e desempenhadas para os estudantes PAEE. Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, do tipo descritivo, e consiste em um estudo de caso. Foi realizado em uma cidade paraense de médio porte. Participou o coordenador da educação especial do referido município. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: um questionário de caracterização e um roteiro de entrevista semiestruturado. Após a coleta, os dados foram transcritos e revisados, e posteriormente analisados de forma qualitativa, através de categorizações formando eixos temáticos. Como resultados foi constatado que há um número significativo de atores e normativas municipais para guiarem as ações desenvolvidas na educação especial municipal. Contudo observa-se que parte deles atendem toda a rede municipal, sendo questionado, diante disso, se o número de profissionais é suficiente para atender os 800 estudantes PAEE.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Educação Infantil. Rede de Apoio. Papéis.

¹ Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Mestranda em Educação Especial. E-mail: julianedayrle@gmail.com.

² Doutora em Educação Especial. E-mail: carlavilaronga@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Baseado em tendências internacionais que influenciaram o contexto nacional, disseminados por meio dos movimentos sociais e garantidos por atos normativos (leis, decretos, resoluções etc.), a educação tornou-se direito de todos. O Brasil, ao tornar-se signatário de tais instrumentos internacionais, assumiu diversos compromissos em favor da educação para todos, comprometendo-se assim a realizar profundas transformações que perpassaram desde a elaboração das próprias normativas, neste viés, até a tentativa da construção de ações efetivas no chão da escola, em busca de uma educação verdadeiramente inclusiva.

De acordo com os censos escolares, com a repercussão do movimento de Educação Inclusiva somada com a garantia legal do direito à diversidade nas instituições regulares de ensino, foi verificado o aumento da matrícula dos estudantes PAEE nas salas de aula comum nos diferentes níveis, modalidades e etapas de ensino (BRASIL, 2008; CAPELLINI; ZERBATO, 2019). Todavia, discute-se que garantir somente o ingresso não é suficiente, se faz necessário assegurar também a permanência, participação e aprendizagem até os níveis mais elevados de ensino (MENDES, 2006; EBERSOLD; CABRAL, 2016).

Para atender os estudantes PAEE, desde a educação infantil ao longo do processo educacional, as escolas precisariam se modificar, para assim ofertar educação de qualidade para todos (JANUZZI, 2004). Corroborando com o apresentado, sobre a importância dessas modificações, Mendes (2010) destaca que diversos são os fatores que dificultam a efetiva inclusão escolar, dentre eles: escassez de recursos humanos e materiais, ausência de contratação de professores e profissionais e a necessidade de oferta de serviços diversificados que contemplem as reais necessidades dos estudantes. Embora as colocações apresentadas tenham mais de uma década de publicadas, tais apontamentos são atuais e frequentes, sendo reconhecidos a falta de recursos e serviços mínimos constatados tanto na literatura científica, quanto no chão das escolas (CALHEIROS, 2019; CAPELLINI; ZERBATO, 2019; LOPES, 2018), realidade que precisa emergencialmente ser mudada para garantir o acesso a oportunidades educativas para toda a diversidade.

Diante dessa perspectiva de oferta de serviços, como estratégia política para garantir o aprendizado, além da matrícula dos estudantes PAEE, o Governo Federal cria e oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE, nomenclatura popularmente utilizada e disseminada, trata-se de um serviço de apoio aos estudantes PAEE, garantido por meio do Decreto nº 6.571/2008 e que foi revogado por meio Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), assegurado de forma gratuita, com a premissa de ser realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), preferencialmente nas redes regulares de ensino no contraturno em que o aluno está matriculado, buscando minimizar as dificuldades encontradas no processo de escolarização dessa população (BRASIL, 2008; 2011).

Todavia, Mendes, Vilaronga, Zerbato (2014), destacam que um único modelo de serviço não é suficiente para atender a multiplicidade e diversidade de demanda do PAEE, se fazendo necessária a oferta de outros serviços de apoio à inclusão além do mencionado anteriormente. É importante ressaltar que para que sejam ofertados diferentes serviços, é imprescindível o envolvimento de diferentes profissionais, para que juntos busquem melhores alternativas para beneficiar esse público.

Nesta perspectiva de melhoria da qualidade para o atendimento dos estudantes PAEE, características específicas e suportes devem ser levados em consideração pelos professores e profissionais de acordo com as especificidades de cada aluno, deste modo, aspectos como: faixa etária, questões socioeconômicas, nível de escolaridade, dentre outros devem ser considerados.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a escolarização da criança PAEE deve ser iniciada na educação infantil, visto que, nessa etapa de ensino, os alunos têm acesso a estímulos e formas de comunicação diversificadas que favorecem seu desenvolvimento (BRASIL, 2008).

Figueiredo (2000) colabora ao afirmar que a Educação Infantil é a porta de entrada para a inclusão escolar, em virtude deste nível ser marcado pelas aquisições, dentre elas: linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e

psicomotoras. Contribuindo com o exposto, Mendes (2010) afirma que “Nos primeiros anos de vida, devem ser abertas janelas de oportunidades para que a criança aprenda determinados tipos de aprendizagem, que se forem adquiridos neste período crítico se tornam difíceis, quando não impossíveis, de serem adquiridos mais tarde” (p. 48).

Diante do que vem sendo problematizado, a pesquisa apresenta como objetivo geral descrever as ações realizadas pela Secretaria de Educação de um município paraense para o PAEE na educação infantil. Por meio dos objetivos específicos, buscou-se:

- Identificar quais são os profissionais que fazem parte da rede de atuação na Educação Infantil com os estudantes PAEE;
- Analisar as políticas municipais que subsidiam as ações ofertadas e desempenhadas para os estudantes PAEE;

2 MÉTODO

O estudo em questão possui abordagem qualitativa, pois de acordo com Ludke e André (1988), nesse tipo de abordagem ocorre relação proximal do pesquisador com o lócus e conseqüentemente com o que está sendo investigado. Trata-se de um estudo descritivo, uma vez que foi realizada a descrição das características de uma população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, possibilitando assim conseguir o que foi proposto (GIL, 2008). E optou-se pela pesquisa do tipo estudo de caso, justificando-se em vista de permitir investigar “um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

A investigação ocorreu na rede municipal de uma cidade paraense de médio porte, que está distante aproximadamente 70 km da capital do estado, Belém. De acordo com o censo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o referido município encontra-se entre os mais populosos do estado, com aproximadamente 200.000 habitantes e com área territorial de cerca de 1.000,000 km² (IBGE, 2019). A rede municipal atende estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Educação de

Jovens e Adultos (EJA), contabilizando durante a realização do estudo, o total de 82 escolas (SEMED, 2020).

Participou do estudo o chefe que é responsável pelas demandas e encaminhamentos da Educação Especial, departamento da rede municipal de ensino investigada. Ele é do sexo feminino, possui 36 anos, é formada em Letras – Língua Portuguesa e Pedagogia, possui especialização em Educação Especial e Inclusiva e durante a realização do estudo estava atuando em regime de contrato com aproximadamente 40h de carga horária na rede municipal e já era designada neste cargo há mais de sete anos.

Para a coleta de dados, foi adaptado um roteiro de entrevista, nomeado como Caracterização do Município, elaborado e disponibilizado pelo Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP)³ que tinha como finalidade identificar a Educação Especial municipal, as normativas que regem as ações dos municípios relacionados a Educação Especial, bem como os profissionais que atuam dentro da rede de apoio para inclusão de alunos PAEE na Educação Infantil. De acordo com Manzini (2003, p. 13), os roteiros de entrevista “têm como função principal auxiliar o pesquisador a conduzir para o objeto pretendido”.

O referido roteiro, como já foi destacado, foi adaptado e também validado pelos participantes do Grupo de Pesquisa de Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP⁴) da Universidade Federal de São Carlos. Além deste instrumento foi aplicada uma ficha de caracterização com a coordenadora da Educação Especial municipal, com o objetivo de coletar informações referentes aos dados pessoais, formação e atuação profissional dos sujeitos da pesquisa. Três blocos de perguntas, sendo eles, Bloco 1: Identificação do participante: Nome, data de nascimento, escola/espço em que atua e cargo em que atua; Bloco 2: Formação: Escolaridade, formação inicial, formação continuada, formação mais alta na área da educação especial, cursos realizados, dentre outros. Bloco 3: Caracterização do trabalho atual:

³ Disponível no site <http://www.oneesp.ufscar.br/metodologia-e-instrumentos>.

⁴ O referido grupo de pesquisa foi criado no ano de 1997, pela professora Enicéia Mendes, está cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e é composto por professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial e seus respectivos orientados da graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado da Universidade Federal de São Carlos.

Situação funcional, carga horária de trabalho semanal e número de estudantes público-alvo da educação especial atendidos/acompanhados.

Os dados que serão apresentados são parte de uma pesquisa que foi submetida (30/07/2019) e aprovada (03/09/2019) pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar com o N° CAEE: 18263719.5.0000.5504. Foi desenvolvido de acordo com os parâmetros das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde N° 466, de 12 de dezembro de 2012, e N° 510 de 07 de abril de 2016. Antes do início da entrevista, a participante recebeu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e durante toda a coleta foi assegurada a autonomia e a liberdade da participante, sendo garantida a confidencialidade e privacidade de sua identidade dentro da pesquisa.

A entrevista com a coordenadora da Educação Especial ocorreu via *Skype*, no dia 20 de setembro de 2019, com o apoio norteador do roteiro semiestruturado e dois gravadores. Esse procedimento durou aproximadamente 54 minutos, contabilizando dez laudas de transcrições. Depois de coletados, os dados foram transcritos e revisados de acordo com as orientações de Manzini (2012) e analisados de forma qualitativa (SANTOS, 2016).

Posterior às transcrições e revisões, os dados foram categorizados em eixos temáticos, levando em consideração os grupos de atores investigados, os objetivos propostos e de acordo com os temas que emergiram durante exaustiva leitura e análise dos dados. Os eixos temáticos resultantes foram: (1) A Educação Especial Municipal; (2) Políticas que subsidiam as Ações Municipais e Profissionais Atuantes com Estudantes PAEE na Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL MUNICIPAL

De acordo com o Decreto n° 124/17 de 28 de novembro de 2017, encontrado no site oficial da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a referida cidade possui oito departamentos responsáveis por demandas específicas relacionadas

direta e indiretamente com a educação pública municipal, nomeados por eles como coordenadorias. Dentre as coordenadorias existentes, tem-se a da Educação Especial, que é responsável pelas ações municipais voltadas aos estudantes PAEE, tendo como objetivos:

- a) Atendimento aos alunos com deficiência, Altas Habilidades/Superdotação e transtornos específicos da aprendizagem;
- b) Assessoramento aos profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais das escolas da Rede Municipal de Ensino.
- c) Palestras e Formações Continuadas para a comunidade escolar sobre inclusão;
- d) Parcerias com instituições especializadas e encaminhamentos para diversas especificidades;
- e) Acompanhamento do trabalho dos Especialistas em Educação, dos Professores Titulares, dos Auxiliares, do Atendimento Educacional Especializado, de Libras e dos Intérpretes Educacionais (LEI DO MUNICÍPIO INVESTIGADO, 2017, p.n.p).

Vale ressaltar que, de acordo com o documento supracitado, essas ações devem ser desenvolvidas por meio de parceria dos profissionais lotados nesta pasta com os diferentes atores que atuam com os estudantes PAEE no chão das escolas, buscando de forma articulada solucionar as demandas educacionais encontradas para esse público. Também está prevista a articulação com as instituições especializadas que não seguem a política municipal, mas que podem ser financiadas por ela.

Por meio da entrevista realizada com a coordenadora da Educação Especial, foi identificado que esse departamento já existia no município desde o ano de 2002, contudo intitulado naquele período como Equipe Sociopsicopedagógica (ESSP), e somente em 2013 foi renomeada para Coordenadoria de Educação Especial (CEES), nomenclatura utilizada durante o desenvolvimento da pesquisa.

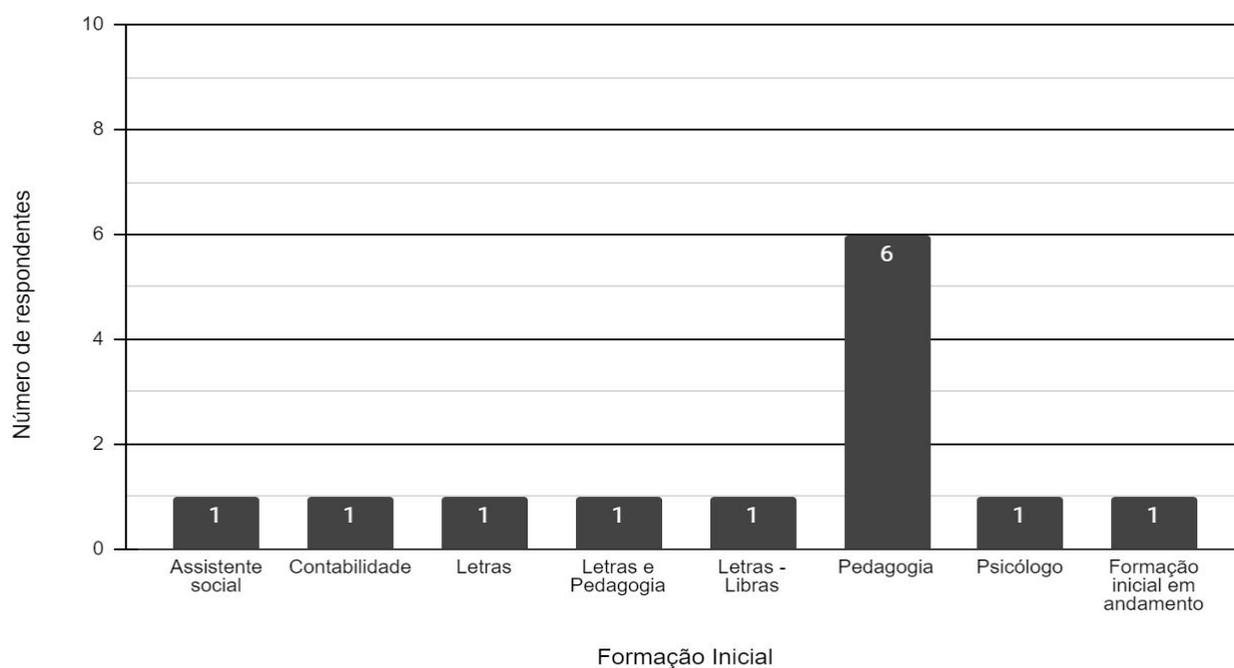
Pimentel *et al* (2016), em pesquisa no mesmo município estudado, destacaram que a CEES tinha como finalidade desenvolver e ampliar as ações voltadas à inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas zonas urbanas e rurais, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) tanto na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, como na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das instituições públicas municipais.

De acordo com os dados emitidos pela coordenadora da Educação Especial, a CEES é constituída por 13 profissionais, sendo um gestor da pasta e os demais

assessores técnicos, destes, dois são do sexo masculino e 11 do feminino.

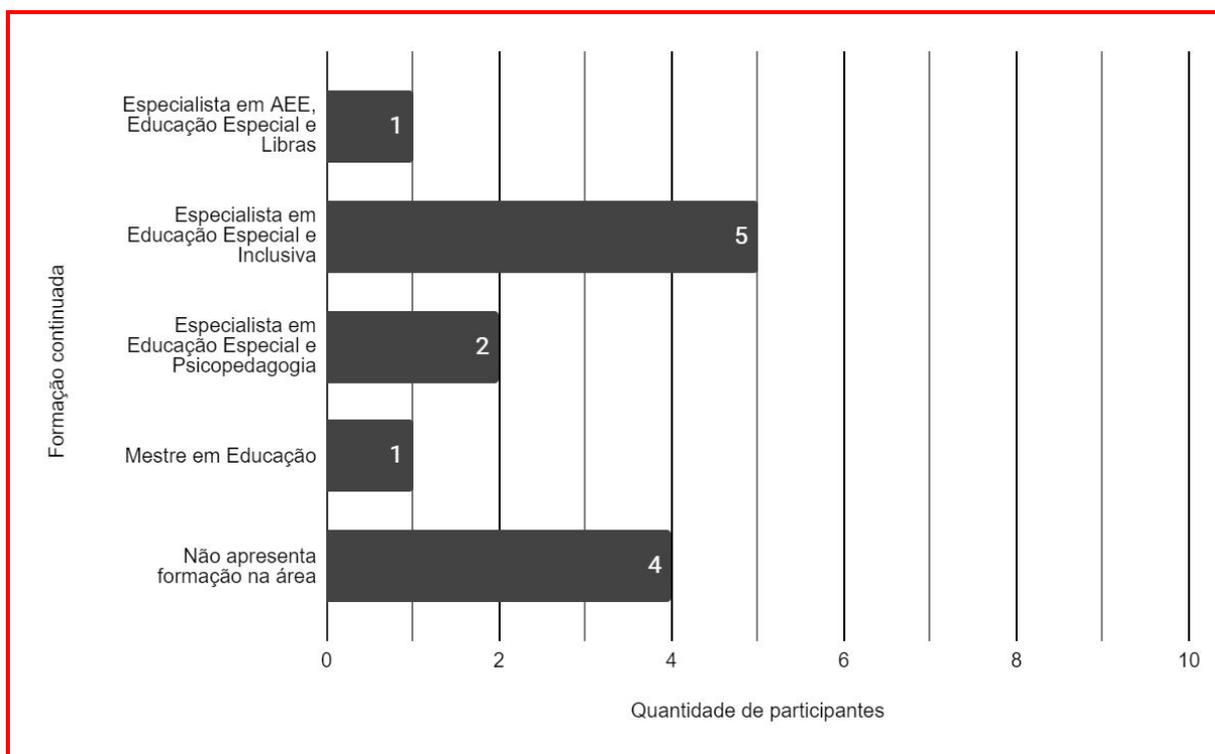
Gráfico 1 - Formação Inicial da equipe da CEES

Fonte: Dados da pesquisa



Diante do gráfico 1, observa-se que a Pedagogia é a formação inicial que mais prevalece entre os integrantes da equipe da CEES, em vista de seis profissionais terem essa formação. Dois profissionais estão cursando Licenciatura em Pedagogia, uma em sua primeira formação inicial e a segunda que já apresenta formação em Contabilidade, está cursando sua segunda formação. As formações menos frequentes dentro do grupo da CEES eram: Psicologia, Serviço Social e Letras – Libras, sendo apenas um profissional de cada área citada atuando nesse departamento.

Gráfico 2 - Formação Continuada da equipe da CEES



Fonte: Dados da pesquisa

Ao referir-se à formação continuada, nas modalidades *stricto sensu* e *lato sensu*⁵ cursada pelos profissionais da CEES, percebeu-se, a partir da análise do gráfico 2, que dos 13 profissionais, oito já realizaram especialização do tipo *stricto sensu* dentro dos pressupostos da temática, enquanto que quatro não apresentaram nenhuma formação específica na Educação Especial ou Inclusiva.

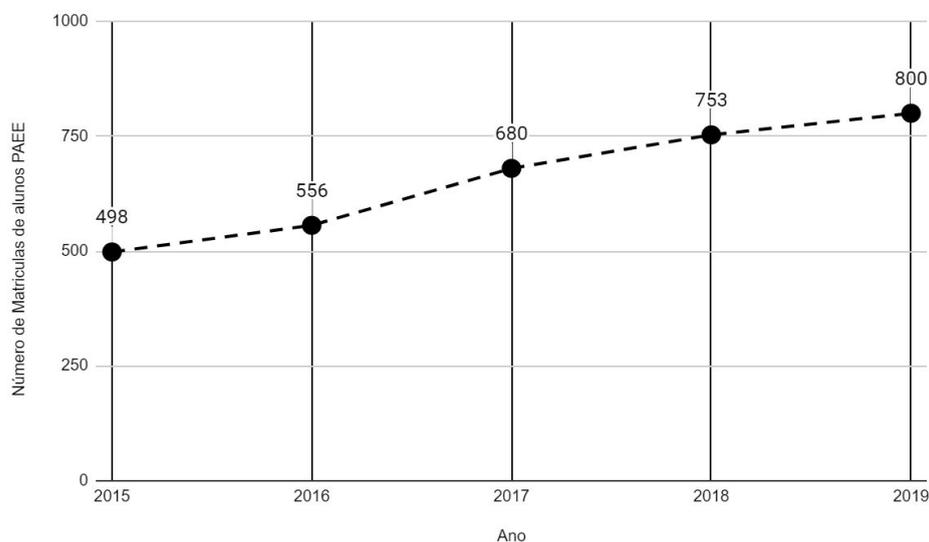
Ressalta-se que a qualificação profissional desses sujeitos deve ser repensada, em detrimento de esta coordenadoria, de acordo com o exposto no Decreto nº 124/17, ter como premissa desempenhar parcerias e ações relacionadas ao atendimento, formação dos professores e profissionais, dentre outros aspectos em prol da inclusão escolar dos alunos PAEE. De acordo com a literatura, as Licenciaturas e Pedagogia apresentam poucos conteúdos que abordam a Educação Especial, fazendo-se necessária a busca por formações continuadas específicas na área, para melhor assistir esses estudantes (BARBOSA-VIOTO; VITALIANO, 2013; FLORES; KRUG, 2010). Foi constatado também que apenas

⁵ As formações *Stricto Sensu* se referem aos cursos de aprimoramento em áreas específicas, sendo eles: aperfeiçoamentos e especializações. Já as formações continuadas *Lato Sensu* são aquelas que apresentam uma duração mais longa, nestes estão os mestrados e doutorados.

um dos componentes da equipe possui formação *lato sensu* concluída e outro está realizando, contudo, ambos na área da educação. Vale ressaltar que no referido estado não há programas de mestrado e doutorado específicos na área da Educação Especial, posto que no Brasil apenas na região sudeste, especificamente na cidade de São Carlos no estado de São Paulo (SP), há um único Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), ofertado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em relação aos estudantes PAEE nas escolas municipais, foram constatadas as seguintes informações:

Gráfico 3 - Matrícula dos estudantes PAEE com base no censo escolar municipal



Fonte: Estatística Secretaria Municipal de Educação/out 2019⁶

De acordo com os dados apresentados, durante o início da pesquisa (outubro/2019) o município apresentava 800 estudantes PAEE matriculados e que frequentavam as redes regulares de ensino. Observa-se que entre os anos de 2015 e 2019 houve um aumento significativo da matrícula desses estudantes, dado que pode estar relacionado às tensões e mobilizações ocasionadas através da aprovação das leis, decretos e resoluções elaborados

⁶ Informações disponibilizadas e divulgadas no evento da área da Educação Especial promovida pela Secretaria Municipal de Educação, disponibilizados para pesquisadora em solicitação para pesquisa.

nos últimos 10 anos no viés da inclusão escolar, estando entre estes documentos, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL, 2015), que legitima o dever da União, dos Estados e Municípios na garantia e oferta aos estudantes PAEE nas classes regulares de ensino e reforça a obrigatoriedade das famílias realizarem a matrícula dessa população na educação básica.

Em relação à Educação Infantil, foco deste estudo, a rede pública educacional municipal é composta por 38 escolas que atendem crianças de três a cinco anos, destas, 18 são escolas que ofertam de forma integrada Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma escola em situação de convênio privada e 19 atendem exclusivamente a educação infantil. Vale ressaltar que as escolas que atendem somente alunos da Educação Infantil estão organizadas em duas categorias de espaços, sendo elas: Creches e Centros Municipais de Educação Infantil. Para essa pesquisa foram selecionadas prioritariamente as instituições de ensino que atendem exclusivamente alunos da Educação Infantil. De acordo com os dados fornecidos pelo município, durante a realização da pesquisa havia 19 escolas exclusivas para oferta da Educação Infantil, estando matriculadas 4.306 crianças, sendo 75 estudantes PAEE (SEMED, 2020).

3.2 POLÍTICAS QUE SUBSIDIAM AS AÇÕES MUNICIPAIS E OS PROFISSIONAIS ATUANTES COM ESTUDANTES PAEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para conhecer e compreender realmente o que se pretende em relação aos encaminhamentos, decisões e perspectivas diante dos papéis atribuídos aos profissionais na rede municipal de educação, optou-se por iniciar a análise sobre as políticas e instrumentos normativos dessa cidade. Por esse motivo, a primeira parte da entrevista com a representante da CEES foi direcionada para identificar o que sustenta a política municipal de inclusão escolar na cidade, sendo identificados quatro documentos, que segundo a entrevistada, exercem grande força nas decisões tomadas.

Quadro 1 - Documentos normativos municipais com relação a Educação Especial

TIPO	Nº/ANO	DISPOSIÇÕES
------	--------	-------------

Lei	028/2012	Criação de cargos públicos: Professor de Libras, Tradutor e Intérprete Educacional de Libras, Professor Bilíngue, Professor de Educação Especial e Instrutor de Braille
Resolução	065/2013	Credenciamento das Entidades Mantenedoras, regulamenta o funcionamento de nucleação e autorização de instituições que ofertam a Educação Infantil, Ensino Fundamental regular, modalidade da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.
Lei	005/2018	Criação de cargos públicos para Profissional de Apoio Escolar – Cuidador e Profissional de Apoio Escolar – Mediador e revogação de artigos 2º, 3º, 4º e 5º e anexos I e II da Lei 028/2012.
Portaria	012/2019	Normas para a lotação de profissionais da rede pública municipal de educação para o ano letivo de 2019.

Fonte: Dados da pesquisa

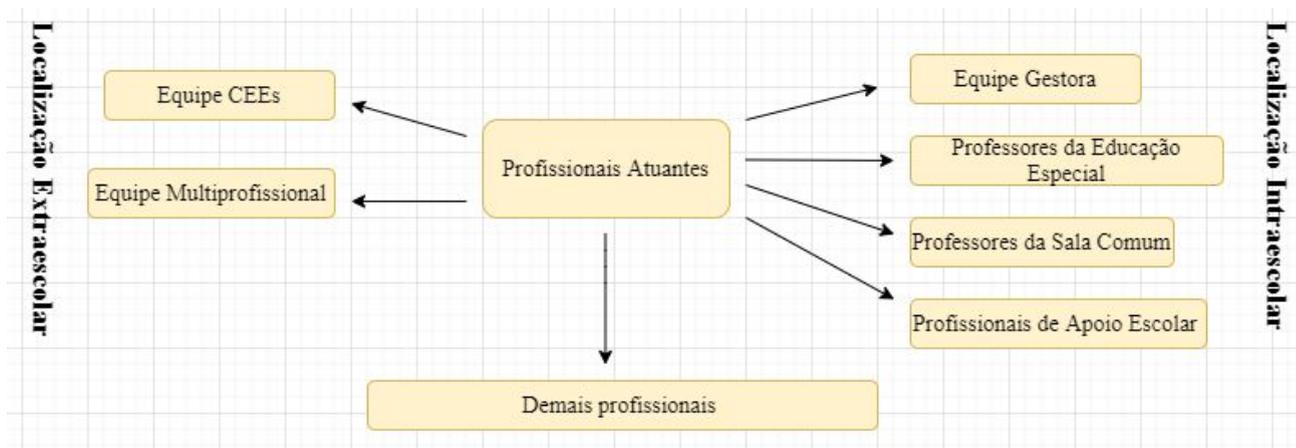
De acordo com o discurso apresentado pela coordenadora, as normativas elaboradas neste município foram pensadas em consonância com as proposições determinadas nas leis, decretos e resoluções nacionais, sendo os principais deles: Constituição Federal, LDB, Decretos e Resoluções do AEE, PNEEPEI, dentre outros. Em relação aos órgãos responsáveis pela elaboração e aprovação dos referidos documentos citados, foi constatado que as Leis nº 028/2012 e nº 005/2018 foram criadas pelo poder legislativo municipal e sancionadas pelo poder executivo. Já a Resolução nº 065/2013 e a Portaria nº 012/2019 foram criadas respectivamente pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação.

Ao serem analisadas individualmente, observou-se que a Lei nº 020/2012 cria cargos públicos de profissionais específicos da Educação Especial e a Lei nº 005/2018 modifica e cria novos cargos também relacionados à Educação Especial municipal. A resolução nº 065/2013 regulamenta e autoriza as instituições da educação básica, sendo abordados em seu texto a lotação dos estudantes PAEE nas salas comuns e os serviços e profissionais ofertados a esse público. Por fim, a Portaria nº 012/2019, apresenta as normas de lotação dos profissionais que compõem o quadro educacional, estando neste quadro profissionais específicos da Educação Especial, como também os profissionais gerais como Gestor, Coordenador, Equipe de Apoio (limpeza, administrativo, portaria) etc.

Em meio a identificação dos documentos, foi questionado à coordenadora quais são os profissionais que no atual contexto atuam com os estudantes

PAEE nas creches e pré-escolas e quais os locais de atuação desses sujeitos. Com base na entrevista, foi criado o seguinte gráfico ilustrativo:

Figura 1- Categorias atuantes com estudantes PAEE de acordo com a coordenadora da Educação Especial



Fonte: Elaboração própria

A coordenadora informou que todos os profissionais que estão presentes no contexto escolar atuam com os estudantes PAEE direta ou indiretamente, contudo destacou como principais profissionais nestas relações: a Equipe CEES; Equipe Multiprofissional; Equipe Gestora; Professores da Educação Especial; Professores da Sala Comum e Profissionais de Apoio Escolar.

Ao ser perguntada sobre o quantitativo de profissionais indicados como específicos da Educação Especial que atendem os estudantes PAEE na Educação Infantil, a mesma informou que há: 13 profissionais na CEES; uma equipe multiprofissional formada por três assistentes sociais, uma psicóloga e quatro nutricionistas; 42 coordenadores escolares; 19 gestores escolares; 54 professores da sala comum e 16 professores da educação especial; 47 profissionais de apoio escolar mediadores e 15 profissionais de apoio escolar cuidadores.

É importante ressaltar que mesmo com um número significativo de profissionais que atuam com esse público na Educação Infantil, especificamente a equipe da CEES e multiprofissional e os professores da Educação Especial atendem toda a rede municipal, ou seja, não é específica para o público infantil. Sobre os outros profissionais, se dá destaque ao número de profissionais de apoio, sendo

bastante significativo. Contudo, questiona-se se esse profissional é lotado diante a necessidade dos estudantes ou pelo fato do estudante ser identificado como PAEE e conseqüentemente já ser encaminhado um profissional de apoio escolar, pela condição do aluno.

4 CONCLUSÕES

Diante dos dados analisados e apresentados ao longo desse artigo, há a presença de diferentes categorias de sujeitos atuantes no processo de escolarização dos estudantes PAEE na Educação Infantil neste município. Todavia, algumas categoriais atendem toda a rede municipal e não especificamente os estudantes da Educação Infantil. Diante disso, questiona-se se o número de profissionais é suficiente em vista de ser constatado a presença de 800 estudantes PAEE na rede em questão. Também foi verificado um número considerável e inesperado de normativas municipais para guiarem as ações desempenhadas na Educação Especial da cidade, com definições de atribuições, perfil formativo dos profissionais, bem como outras características relevantes sobre os cargos. Por fim, considera-se importante a realização de uma análise mais aprofundada e minuciosa de tais normativas, não sendo o objetivo do presente estudo.

REFERÊNCIAS

- _____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. **Secretaria de Educação Especial: Ministério da Educação, Brasília, 2008. Disponível em:** <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 07 de jun de 2019.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. – Brasília – DF, 2011. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 07 de jun de 2020.
- _____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 06 de maio 2019.
- CALHEIROS, D. S. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades.** 2019. 205f (Tese de Doutorado).

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

CAPELLINI, V.L.M.F.; ZERBATO, A.P. **O que é o ensino Colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

EBERSOLD, S; CABRAL, L. S. A. Enseignement Supérieur, Orchestration de l'accessibilité et stratégies d'accompagnement. **Éducation et francophonie**, v. 44, p. 134-153, 2016.

FIGUEIREDO, R. V. **A educação infantil e a inclusão escolar.**

Heterogeneidade, cultura e educação, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Nacional – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

Disponível

em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150240&search=para|castan hal|infograficos:-informacoes-completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150240&search=para|castan%20hal|infograficos:-informacoes-completas)>. Acesso em: 8 jun. 2019.

JANUZZI, G.M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século I. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** 2018. 169f. (Dissertação de Mestrado) em Educação Especial) Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.170f.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1988.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa em educação especial: um estudo sobre a análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA C. R.; VICTOR, S. L. (ORGS). **Pesquisa e Educação especial:** mapeando produções. Vitória: Edufes, 2006, p. 361-386.

MANZINI, E. G. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos-NEMO**, v.4, n 2, Maringá. 2012.

MENDES, E, G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MENDES, E. G. INCLUSÃO MARCO ZERO: **Começando pelas creches.** Junqueira e Marin. Araraquara. 2010. 303 p.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo com apoio a inclusão unindo esforços entre educação comum e especial.** EdUFSCar. São Carlos, 2014. 160 p.

PIMENTEL, I. F. et al. Coordenadoria de educação especial-CEES e o Atendimento Multiprofissional em Castanhal-PA. **Anais II CINTEDI.** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em:

<<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22778>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

YIN. R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre:

Bookman, 2005.